

Edital 021/2026

Processo Seletivo Professores do EMI

Instruções ao Candidato

Técnico em Segurança do Trabalho

- I. Ao receber a prova, confira se a mesma está completa com 50 questões: sendo as 08 primeiras de Língua Portuguesa, 12 de Educação Profissional, 10 de Didática e as 20 últimas de conhecimento Específico;
- II. Caso a PROVA esteja incompleta ou tenha qualquer defeito de digitação, solicite ao Fiscal da sala, antes de iniciar a prova, que tome as providências cabíveis; sobre as mesas / carteiras apenas caneta **AZUL** ou **PRETA**, documento de identidade, prova e cartão resposta;
- III. Os celulares devem ser **DESLIGADOS**;
- IV. A prova iniciará às 14h e terminará, impreterivelmente, às 18h.
- V. O candidato só poderá entregar a prova após uma hora do início da mesma;
- VI. O **CARTÃO-RESPOSTA** será distribuído após 30 minutos do início da prova;
- VII. Não será permitido levar a prova, sob pena de desclassificação;
- VIII. As respostas devem ser marcadas no **CARTÃO-RESPOSTA** com caneta **AZUL** ou **PRETA**, conforme modelo a seguir, preenchendo todo círculo;
- IX. Questões rasuradas, manchadas, com duas ou mais marcações, serão anuladas;
- X. Em hipótese alguma será entregue outro cartão resposta para o candidato;
- XI. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar, chegar atrasado à prova, ou que, durante a realização, for surpreendido em comunicação com outro candidato, por escrito ou através de equipamentos eletrônicos, ou ainda, que venha a tumultuar a realização das avaliações, podendo responder penalmente pelos atos ilícitos praticados;
- XII. Ao finalizar a **PROVA** avise ao fiscal da sala e entregue seu **CARTÃO-RESPOSTA**, devidamente assinado e o **CADERNO DE PROVA**;
- XIII. Assine a lista de presença e verifique se não esqueceu algum objeto.

01	(A)	●	(C)	(D)	(E)
02	(A)	(B)	(C)	●	(E)
03	(A)	(B)	(C)	(D)	●
04	●	(B)	(C)	(D)	(E)

Nome: _____ Curso: _____

CPF: _____ Local de Prova: _____ Sala: _____

Divulgação do GABARITO PRELIMINAR no site www.centec.org.br conforme calendário.

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50

LÍNGUA PORTUGUESA

Quanto mais inteligência artificial, maior a fome de vida real

A saturação das redes e o avanço da IA acendem uma nova pergunta sobre presença e sentido

Tem uma pergunta que venho me fazendo há algum tempo, e talvez ela também faça sentido para você: **o que a gente está procurando quando abre uma rede social?**

Eu continuo ali. Ainda entro, ainda acompanho algumas coisas. Mas, de uns meses para cá, fui diminuindo o tempo que passo nesse ambiente. Fui reduzindo porque, em muitos dias, eu abria o aplicativo e, **poucos minutos depois, me perguntava o que estava fazendo ali.**

Era uma sensação estranha, mais próxima de um vazio do que de um cansaço. Como se eu tivesse entrado em um lugar cheio demais, aceso demais, falante demais, mas sem encontrar de fato uma conversa. Eu passava por vídeos, frases, opiniões, anúncios, promessas, imagens perfeitas demais. No fim, quase nada ficava. **O que crescia em mim não era interesse. Era saturação. Era excesso de vazio.** [...]

E foi justamente no meio desse excesso de certeza que um pensamento começou a se organizar em mim: talvez a IA não seja apenas a tecnologia que vai nos desafiar. **Talvez ela seja também a razão pela qual vamos voltar a valorizar o que ela não consegue viver por nós.**

Eu sei que essa ideia parece contraditória. Ficou comum falar de uma batalha entre humanos e máquinas, como se estivéssemos diante de uma disputa frontal. Mas talvez a história seja menos dramática e mais sutil. Talvez a questão não seja saber se a máquina fará mais coisas do que nós. Talvez a questão seja entender o que acontece com o desejo humano quando o artificial se torna abundante demais.

Porque abundância nem sempre gera encantamento. Às vezes, gera saturação. [...]

Talvez seja aí que o excesso de vazio ganhe sua forma mais clara. **A tela continua cheia, mas menos viva.** Tem mais coisa acontecendo, mas menos coisa

tocando. A experiência fica mais rápida, mais limpa, mais eficiente. E, ainda assim, mais rasa. **Não porque a tecnologia tenha falhado, mas porque ela foi eficiente demais em produzir estímulo e insuficiente em produzir sentido.**

Foi por isso que voltei do SXSW pensando menos na força da IA e mais no limite dela. A pergunta que ficou comigo não foi se ela vai dominar tudo. Foi outra: **o que acontece com a gente quando quase tudo pode ser transformado em estímulo?**

No Brasil, essa reflexão encontrou um eco bonito no que vem acontecendo nas escolas. O MEC iniciou, em 2026, uma pesquisa nacional com mais de 8 mil escolas públicas e privadas para avaliar os efeitos da lei que restringe o uso de celulares no ambiente escolar. Em paralelo, balanços reunidos pela Fundação Lemann indicam que 80% dos estudantes relatam mais foco nas aulas após a restrição, enquanto levantamentos em escolas do Rio Grande do Sul apontam melhora no clima escolar e na aprendizagem.

Mas o dado que mais mexeu comigo foi outro. Em instituições ligadas à rede Marista Brasil, começaram a aparecer sinais de redescoberta da vida concreta. No Colégio Marista São José Tijuca, segundo monitoramentos reportados em 2026, **72% dos estudantes disseram conversar mais nos intervalos, a frequência na biblioteca cresceu 40% e o uso de pátios e quadras aumentou 68%.** Quando li isso, tive a sensação de que ali havia algo maior do que uma medida escolar. Quando a tela perde centralidade, a vida reaparece.

Talvez esse tenha sido o meu principal insight no SXSW 2026. Em meio a tantas previsões grandiosas sobre o poder da inteligência artificial, o que mais ficou em mim foi a suspeita de que **o excesso de informação e de artificialidade pode ser justamente o que vai nos empurrar de volta para experiências mais humanas.** Não por rejeição à tecnologia. Não por nostalgia. Mas por discernimento.

Porque é possível que a geração que está crescendo agora aprenda algo que a minha demorou mais para entender: que **nem toda facilidade melhora a vida, que nem toda conexão cria vínculo e que nem toda resposta pronta merece confiança.** Talvez esses jovens sejam os primeiros a desenvolver uma alfabetização

mais profunda. Não apenas saber usar tecnologia, mas saber quando usá-la, como usá-la e quando se afastar dela. [...]

Talvez, então, a grande discussão sobre o futuro não seja se a IA vai vencer os humanos. Essa formulação me parece pobre. A pergunta mais importante é outra: **o que os humanos vão escolher preservar em si mesmos quando tudo ao redor convidar à terceirização da atenção, da imaginação e do esforço?**

Voltei de Austin com a impressão de que o futuro não será decidido apenas pela tecnologia que conseguirmos criar. Ele também será decidido pela qualidade da distância que soubermos manter dela.

A IA vai continuar avançando. Vai resumir, responder, editar, simular, automatizar. Vai nos ajudar em muita coisa. Mas talvez sua consequência mais profunda não seja nos afastar do humano. Talvez seja nos obrigar a perceber, com mais clareza, o que não deveria ser entregue a ela.

A atenção inteira. O pensamento próprio. A conversa sem mediação. A experiência vivida no corpo. O tédio que abre espaço para imaginação. A infância que volta a brincar quando o celular sai do centro da cena.

Talvez a inteligência artificial não nos roube o humano.

Talvez ela nos devolva a ele.

Texto de Horacio Coutinho Junior. Disponível em: <https://vidasimples.co/colunista/quanto-mais-inteligencia-artificial-maior-a-fome-de-vida-real/>. Acesso em: 19 maio 2026.

1. De acordo com a leitura do texto, assinale a alternativa que contém o ponto de vista central do autor.

- a) Segundo o texto, a IA deve substituir a criatividade nas escolas, não por motivo de avanço tecnológico em si, mas por decisão das coordenações.
- b) Para o autor, a IA vai devolver ao ser humano sua humanidade, não por causa da rejeição à tecnologia, mas por conta do discernimento.
- c) De acordo com a obra, a IA causa uma sensação forte de cansaço mental, não por efeito de uma conexão constante, mas por causa de falsas promessas.

- d) Conforme a análise, a IA pode extinguir o convívio nas redes sociais, não por força da saturação do ambiente, mas por falta de interesse comercial.
- e) Na visão do ensaio, a IA vai acelerar o processo de robotização do trabalho, não por causa do progresso científico, mas por culpa da falta de foco.

2. O autor recorre a pesquisas para sustentar seu ponto de vista. Uma das pesquisas apresentadas sobre os impactos da proibição do uso do celular nas escolas revelou que:

- a) Ocorreu um aumento no rendimento nas avaliações, assim como mais interesse nas áreas exatas da escola e, conseqüentemente, mais matrículas entre os estudantes.
- b) Sucedeu uma queda no número de conflitos diários, assim como mais tempo nas salas de aula da escola e, conseqüentemente, mais cobrança entre os estudantes.
- c) Aconteceu uma redução no índice de faltas graves, assim como mais apoio dos órgãos gestores da escola e, conseqüentemente, mais cobrança entre os estudantes.
- d) Houve uma melhora no clima escolar, assim como mais uso dos espaços comuns da escola e, conseqüentemente, mais interação entre os estudantes.
- e) Verificou-se uma mudança no método de ensino ativo, assim como mais foco nas ferramentas digitais da escola e, conseqüentemente, mais cobrança entre os estudantes.

3. Assinale o item que contém a classificação da oração destacada no período “Eu sei que essa ideia parece contraditória”.

- a) Oração Subordinada Substantiva Completiva Nominal.
- b) Oração Subordinada Substantiva Predicativa.
- c) Oração Subordinada Adjetiva Explicativa.
- d) Oração Subordinada Adverbial Consecutiva.
- e) Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta.

4. Como se classifica o sujeito dos verbos destacados: A IA vai continuar avançando. Vai resumir,

responder, editar, simular, automatizar. Vai nos ajudar em muita coisa.

- a) Simples, desinencial e desinencial.
- b) Composto, indeterminado e indeterminado.
- c) Simples, indeterminado e desinencial.
- d) Composto, desinencial e indeterminado.
- e) Simples, desinencial e indeterminado.

5. Indique a única alternativa que está de acordo com a lei ortográfica vigente.

- a) Excessão, exceço, álibi e mexer.
- b) Exceção, excesso, hálibi e mecher.
- c) Exceção, excesso, álibi e mexer.
- d) Excessão, exceço, hálibi e mecher.
- e) Exceção, exesso, álibe e mexer.

6. No trecho “A tela continua cheia, mas menos viva” há uma figura de linguagem. Assinale o item que identifica essa figura de linguagem.

- a) Catacrese.
- b) Metonímia.
- c) Prosopopeia.
- d) Hipérbole.
- e) Sinestesia.

7. Assim como “próprio” e “experiência”, assinale a alternativa que contém palavras acentuadas pela mesma regra.

- a) Polícia, pônei e mágoa.
- b) Relógio, herói e tuiuíu.
- c) Jacaré, baú e estômago.
- d) Útil, automóvel e biquíni.
- e) Saída, café e fáceis.

Texto para a questão 8

O rio que fazia uma volta atrás de nossa casa era a imagem de um vidro mole que fazia uma volta atrás de casa.

Passou um homem depois e disse: Essa volta que o rio faz por trás de sua casa se chama enseada.

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás da casa.

Era uma enseada.

Acho que o nome empobreceu a imagem.

BARROS, M. O livro das ignoranças. Rio de Janeiro: Record, 2001.

8. Após a leitura, assinale o item que contém a função da linguagem predominante no texto.

- a) Emotiva.
- b) Poética.
- c) Conativa.
- d) Referencial.
- e) Metalinguística.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

9. O Decreto nº 5.154/2004 estabelece formas de articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio, definindo requisitos específicos para sua organização e oferta pelas instituições de ensino.

Nesse contexto, a forma de articulação caracterizada pela existência de matrícula única, conduzindo o estudante simultaneamente à habilitação profissional técnica de nível médio e à conclusão do ensino médio, pressupõe curso planejado de modo a assegurar formação geral e formação profissional em uma mesma instituição de ensino.

Essa forma de articulação corresponde à modalidade:

- a) integrada.
- b) subsequente.
- c) concomitante interna.
- d) concomitante intercomplementar.
- e) educação profissional continuada.

10. O Decreto Estadual nº 30.933-CE, de 29 de junho de 2012, instituiu programa voltado à ampliação das oportunidades de formação técnica e inserção de estudantes da rede pública estadual no mundo do trabalho, em conformidade com as diretrizes da Lei Federal nº 11.788/2008.

Considerando as disposições desse decreto, o programa instituído tem como finalidade principal:

- a) Assegurar contratação imediata dos estudantes concluintes do ensino médio técnico pelas empresas conveniadas com a administração pública estadual, seja ela pública ou privada.
- b) Possibilitar o aprendizado de competências próprias da atividade laboral, favorecendo a complementação da formação escolar e a

aproximação do estudante com o mercado de trabalho.

- c) Substituir integralmente a formação prática desenvolvida nas Escolas Estaduais de Educação Profissional por atividades supervisionadas em ambiente empresarial.
- d) Garantir vínculo empregatício especial entre o estudante da rede pública estadual e a instituição concedente do estágio durante o período de formação técnica.
- e) Ofertar atividade laboral remunerada de natureza permanente aos egressos do ensino médio da rede estadual, independentemente de supervisão educacional.

11. A Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, define princípios e diretrizes para a organização da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), enfatizando a articulação entre formação humana integral, trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

À luz dessa resolução, a organização curricular da EPT deve:

- a) Adotar currículos estruturados por competências profissionais, priorizando referenciais nacionais comuns para assegurar unidade formativa entre os sistemas de ensino.
- b) Assegurar integração entre formação geral e formação profissional, promovendo o desenvolvimento de conhecimentos, saberes e competências relacionados ao trabalho.
- c) Concentrar a formação técnica em componentes específicos da habilitação profissional, com organização curricular orientada predominantemente pela prática laboral.
- d) Organizar itinerários formativos vinculados às demandas produtivas regionais, priorizando flexibilidade curricular e qualificação para inserção ocupacional imediata.
- e) Promover formação técnica articulada ao setor produtivo, com ênfase na preparação profissional especializada e no desenvolvimento de competências operacionais.

12. A Resolução CNE/CP nº 1, de 05 de janeiro de 2021, dispõe que os itinerários formativos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT) devem favorecer a construção de percursos educacionais flexíveis e articulados, considerando a formação integral do

estudante e a continuidade de estudos ao longo da vida.

Nesse contexto, os itinerários formativos caracterizam-se por:

- a) Conjuntos de componentes curriculares organizados de forma linear e obrigatória, estruturados segundo matriz única para todos os cursos técnicos de nível médio.
- b) Percursos de formação organizados exclusivamente conforme demandas ocupacionais locais, sem articulação com etapas posteriores de escolarização.
- c) Programas educacionais destinados prioritariamente à certificação profissional imediata, independentemente da integração entre formação básica e tecnológica.
- d) Trajetórias formativas que possibilitam aproveitamento contínuo de aprendizagens, articulando formação inicial, qualificação profissional e educação técnica.
- e) Unidades curriculares autônomas estruturadas para certificação específica, vedada a integração entre diferentes níveis e modalidades de ensino.

13. A Resolução CEE-CE nº 466/2018 estabelece diretrizes para a organização e o funcionamento da Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Sistema de Ensino do Estado do Ceará, disciplinando, entre outros aspectos, a prática profissional supervisionada como elemento integrante da formação do estudante.

Nos termos dessa resolução, a prática profissional supervisionada caracteriza-se por:

- a) Atividades formativas desenvolvidas em ambientes de trabalho previamente credenciados, realizadas após a conclusão da formação teórica do curso técnico.
- b) Componente curricular destinado à vivência profissional do estudante, desenvolvido em ambientes reais ou simulados de trabalho, articulado ao perfil profissional de conclusão.
- c) Conjunto de experiências profissionais facultativas, ofertadas mediante convênio institucional, sem vinculação obrigatória com os objetivos formativos do curso.
- d) Procedimento avaliativo aplicado ao término do curso técnico, voltado à comprovação prática das competências operacionais desenvolvidas pelo estudante.
- e) Estratégia de formação profissional destinada prioritariamente aos cursos subsequentes,

organizada conforme demandas específicas do setor produtivo regional.

14. O Decreto nº 12.603/2025, que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, estabelece fundamentos relacionados à formação humana integral, à integração entre educação e trabalho e à promoção do desenvolvimento social. Considerando as disposições do referido decreto, a Educação Profissional e Tecnológica orienta-se pelo princípio da:

- a) Articulação entre educação, ciência, cultura, tecnologia e trabalho, compreendendo o trabalho como princípio educativo e fundamento da formação integral.
- b) Centralização curricular nacional obrigatória, destinada à uniformização pedagógica entre os sistemas públicos de ensino.
- c) Priorização de competências técnicas operacionais vinculadas exclusivamente às demandas imediatas do mercado produtivo.
- d) Flexibilização da formação básica geral, com foco predominante na especialização técnica antecipada dos estudantes.
- e) Organização da oferta formativa condicionada prioritariamente às necessidades econômicas regionais, independentemente das dimensões sociais e culturais.

15. Entre as diretrizes previstas no Decreto nº 12.603/2025 para a organização da Educação Profissional e Tecnológica, destaca-se a necessidade de integração entre políticas públicas e desenvolvimento territorial. Nesse contexto, a oferta da Educação Profissional e Tecnológica deve:

- a) Adotar currículo nacional padronizado, assegurando equivalência metodológica entre todas as instituições de ensino.
- b) Priorizar itinerários formativos voltados exclusivamente à inserção ocupacional imediata e à formação técnica especializada.
- c) Concentrar a organização curricular em atividades práticas profissionais, reduzindo a centralidade da formação geral.

- d) Restringir a integração entre educação básica e formação profissional aos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio.
- e) Articular-se às políticas educacionais, sociais e de desenvolvimento, considerando especificidades territoriais, necessidades locais e arranjos socioprodutivos.

16. A implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept), instituído pelo Decreto nº 12.603/2025, integra a política de fortalecimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), com foco na produção de informações estratégicas para o acompanhamento da qualidade da oferta e da efetividade das políticas públicas educacionais.

Considerando as finalidades atribuídas ao Sinaept pelo referido decreto, esse sistema destina-se a:

- a) Acompanhar a oferta da EPT mediante indicadores de acesso, permanência, resultados acadêmicos e inserção profissional dos estudantes nos diferentes sistemas de ensino.
- b) Avaliar a qualidade da EPT por meio de referenciais nacionais relacionados à gestão institucional, aos processos formativos e aos resultados educacionais alcançados.
- c) Produzir informações e indicadores destinados ao monitoramento, à avaliação e ao aprimoramento das políticas públicas de Educação Profissional e Tecnológica.
- d) Subsidiar processos nacionais de avaliação institucional da EPT, considerando indicadores educacionais, desenvolvimento institucional e efetividade formativa.
- e) Promover avaliação sistemática da EPT com base em parâmetros nacionais de qualidade relacionados à oferta educacional e aos itinerários formativos.

17. O Decreto nº 12.433/2025 institui o Programa Juros por Educação como uma das estratégias federais relacionadas ao fortalecimento das trajetórias escolares na educação básica.

De acordo com as disposições desse decreto, o Programa Juros por Educação caracteriza-se como:

- a) Política pública voltada à promoção da permanência e da conclusão escolar, mediante incentivos vinculados ao percurso educacional do estudante.

- b) Mecanismo de financiamento estudantil destinado à redução de encargos incidentes sobre contratos privados de crédito educacional.
- c) Programa de transferência de recursos financeiros às instituições públicas de ensino condicionado ao desempenho acadêmico dos estudantes.
- d) Ação governamental destinada à ampliação da oferta de educação profissional técnica por meio de subsídios às redes estaduais de ensino.
- e) Iniciativa de custeio educacional direcionada ao acesso de estudantes da educação básica a cursos ofertados por instituições privadas.

18. A Portaria SETEC nº 5, de 5 de fevereiro de 2026, estabelece critérios para definição das metas de expansão da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no âmbito do Programa Juros por Educação, considerando os estados aderentes ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag). Entre os parâmetros utilizados para o cálculo das metas, incluem-se a linha de base, o patamar atual de matrículas e a proporcionalidade populacional.

Com fundamento no art. 4º da referida Portaria, é correto afirmar que:

- a) O volume nacional de matrículas corresponde exclusivamente à soma das expansões estaduais realizadas após a adesão ao Propag.
- b) A meta nacional de matrículas é calculada com base no somatório dos patamares atuais de matrículas dos estados aderentes ao Propag.
- c) O déficit estadual corresponde à diferença entre o volume estadual de matrículas e a expansão estadual realizada pela rede de ensino.
- d) A meta estadual de matrículas é definida mediante aplicação do critério de proporcionalidade populacional sobre a meta nacional de matrículas.
- e) O cálculo das metas estaduais considera prioritariamente a capacidade financeira e orçamentária das redes estaduais aderentes.

19. A Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, estabelece Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, definindo fundamentos relacionados à garantia do direito à educação, à equidade e à formação integral dos estudantes.

Com fundamento no art. 3º da referida Resolução, a Educação Integral em Tempo Integral caracteriza-se como:

- a) Estratégia de reorganização curricular orientada à flexibilização dos itinerários formativos e à diversificação das experiências escolares.
- b) Mecanismo institucional de expansão da jornada escolar voltado à ampliação progressiva da oferta de matrículas públicas.
- c) Modelo pedagógico destinado à articulação entre formação geral básica, qualificação técnica e inserção produtiva dos estudantes.
- d) Política educacional voltada à ampliação do tempo escolar, priorizando indicadores de desempenho e resultados de aprendizagem mensuráveis.
- e) Política pública estruturante direcionada à garantia do direito à educação com inclusão, equidade e aprendizagem socialmente referenciada.

20. A ampliação da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica demanda estratégias institucionais capazes de assegurar não apenas o aumento do tempo de permanência do estudante na escola, mas também condições de equidade, inclusão educacional e respeito às especificidades das diferentes modalidades e contextos de oferta. Nesse cenário, a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, estabelece responsabilidades dos sistemas de ensino relacionadas à organização da oferta e à garantia do direito à educação com qualidade social.

À luz do disposto no art. 9º da referida Resolução, é correto afirmar que compete aos sistemas de ensino:

- a) Assegurar critérios de organização da oferta compatíveis com a manutenção, a expansão e a qualidade das diferentes modalidades educacionais.
- b) Estabelecer parâmetros nacionais de distribuição territorial das matrículas destinados à uniformização da oferta de tempo integral nas redes públicas.
- c) Implementar mecanismos de classificação acadêmica voltados à priorização do acesso às matrículas ofertadas em jornada escolar ampliada.
- d) Promover reorganização curricular direcionada ao atendimento prioritário das demandas regionais de desenvolvimento econômico e produtivo.
- e) Realizar ampliação progressiva da jornada escolar mediante padronização administrativa das unidades educacionais das redes públicas.

DIDÁTICA

21. No contexto das práticas pedagógicas contemporâneas, o planejamento de ensino compreende uma dimensão técnica e política do trabalho docente. Nessa perspectiva, o planejamento:

- a) Organiza procedimentos didáticos de forma neutra, priorizando exclusivamente o cumprimento curricular.
- b) Constitui processo contínuo de tomada de decisões articuladas aos objetivos educacionais e à realidade sociocultural dos estudantes.
- c) Restringe-se à definição prévia dos conteúdos escolares e dos instrumentos avaliativos.
- d) Caracteriza-se pela padronização metodológica necessária à garantia da aprendizagem homogênea.
- e) Corresponde à formalização administrativa das ações pedagógicas elaboradas pela equipe gestora.

22. Ao discutir as relações entre aprendizagem e desenvolvimento, Vygotsky defende que a atuação pedagógica deve considerar:

- a) A predominância dos fatores maturacionais sobre os processos educativos.
- b) A transmissão sistemática de conteúdos desvinculados das interações sociais.
- c) O desenvolvimento das funções psicológicas superiores mediado pelas relações sociais e culturais.
- d) A centralidade da memorização como condição prévia para o desenvolvimento cognitivo.
- e) A aprendizagem espontânea decorrente exclusivamente das experiências individuais do estudante.

23. No trabalho pedagógico com estudantes que apresentam dificuldades de aprendizagem, uma prática coerente com a perspectiva inclusiva consiste em:

- a) Flexibilizar estratégias metodológicas e avaliativas, considerando diferentes ritmos e formas de aprendizagem.
- b) Priorizar atividades de reforço paralelas, desvinculadas do planejamento da turma.
- c) Encaminhar o estudante para atendimento especializado antes de qualquer intervenção pedagógica.

- d) Reduzir a complexidade curricular como forma de garantir o desempenho mínimo esperado.
- e) Adotar instrumentos avaliativos padronizados para assegurar equidade no processo educativo.

24. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na educação, em uma perspectiva crítica e emancipatória, pressupõe que:

- a) Os recursos digitais substituam progressivamente a mediação pedagógica realizada pelo professor.
- b) A incorporação das tecnologias ocorra prioritariamente para modernizar os instrumentos de transmissão de conteúdos.
- c) As tecnologias sejam integradas ao planejamento pedagógico, favorecendo interação, autoria e construção do conhecimento.
- d) O uso de plataformas digitais garanta, por si só, inovação metodológica e melhoria da aprendizagem.
- e) A aprendizagem seja centrada no domínio operacional das ferramentas tecnológicas utilizadas em sala de aula.

25. A concepção de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional fundamenta-se na defesa da formação humana integral. Nessa perspectiva, compreende-se que:

- a) A formação técnica deve adequar-se prioritariamente às demandas imediatas do mercado de trabalho.
- b) Os conhecimentos científicos e tecnológicos possuem maior relevância que os conhecimentos humanísticos.
- c) A articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia contribui para a formação omnilateral do estudante.
- d) A integração curricular pressupõe flexibilização parcial da formação geral básica em função da formação profissional.
- e) A preparação para o exercício profissional constitui finalidade central e exclusiva da educação profissional integrada.

26. Na perspectiva construtivista da aprendizagem, o papel do professor caracteriza-se principalmente por:

- a) Organizar situações didáticas que favoreçam a construção ativa do conhecimento pelo estudante.

- b) Transmitir conteúdos sistematizados de forma sequencial e hierarquizada.
- c) Corrigir imediatamente os erros apresentados pelos estudantes durante as atividades.
- d) Priorizar estratégias de memorização necessárias à consolidação da aprendizagem.
- e) Assegurar uniformidade nos procedimentos de aprendizagem desenvolvidos em sala de aula.

27. Ao analisar as tendências pedagógicas liberais, Libâneo afirma que a pedagogia tradicional caracteriza-se por:

- a) Compreender o estudante como sujeito ativo na elaboração do conhecimento escolar.
- b) Valorizar a aprendizagem baseada em experiências sociais problematizadoras.
- c) Centralizar o processo educativo na transmissão de conteúdos e na autoridade docente.
- d) Organizar o currículo a partir das necessidades concretas das classes populares.
- e) Desenvolver práticas pedagógicas fundamentadas na autonomia intelectual discente.

28. A formação continuada de professores, na perspectiva do desenvolvimento profissional docente, deve ser compreendida como:

- a) Atualização periódica voltada à adequação do professor às prescrições curriculares oficiais.
- b) Processo permanente de reflexão crítica sobre a prática pedagógica, articulado aos contextos escolares.
- c) Capacitação técnica destinada à aplicação uniforme de métodos considerados eficazes.
- d) Atividade complementar à formação inicial, necessária apenas diante de mudanças legais.
- e) Estratégia institucional de controle da prática docente por meio de indicadores de desempenho.

29. Na relação entre trabalho e educação, a Educação Profissional e Tecnológica, em perspectiva crítica, deve:

- a) Orientar-se prioritariamente pela empregabilidade e pela adaptação do estudante às demandas produtivas.
- b) Separar a formação técnica da formação científica, evitando sobreposição curricular.
- c) Articular conhecimentos científicos, tecnológicos, culturais e sociais na formação do sujeito trabalhador.

- d) Concentrar-se no desenvolvimento de habilidades operacionais exigidas pelo setor produtivo.
- e) Organizar a formação profissional a partir da lógica de treinamento para funções específicas.

30. A organização do trabalho pedagógico, quando fundamentada em uma concepção democrática de escola, pressupõe:

- a) Autonomia individual do professor para definir objetivos e práticas independentemente do projeto escolar.
- b) Centralização das decisões pedagógicas na gestão, assegurando unidade institucional.
- c) Articulação entre planejamento docente, projeto político-pedagógico e realidade sociocultural da comunidade escolar.
- d) Adequação das práticas pedagógicas aos resultados das avaliações externas como referência principal.
- e) Distribuição administrativa de tarefas entre professores, coordenação e gestão escolar.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

31. Uma escola técnica privada reorganizou o laboratório de análises clínicas após relatos de exposição a aerossóis durante procedimentos de centrifugação. Em inspeção interna, verificou-se que técnicos de manutenção regidos pela CLT realizam manutenção preventiva dos equipamentos nos finais de semana, permanecendo 4 e 8 horas no ambiente. Apesar disso, essa atividade não consta formalmente no inventário de riscos do PGR do estabelecimento. Considerando as exigências da NR-01 quanto ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), assinale a alternativa que indica o principal erro técnico da organização.

- a) Deixar de identificar e registrar formalmente a atividade de manutenção no inventário de riscos, embora ela integre o processo de identificação de perigos e avaliação de riscos ocupacionais do estabelecimento.
- b) Manter a ventilação localizada acionada apenas durante aulas práticas, pois a Nr-01 determina funcionamento contínuo de todo sistema de exaustão em ambiente laborais.
- c) Excluir a atividade de manutenção do PGR, porque trabalhadores da manutenção devem realizar

avaliação própria de riscos, sem integração com o programa do estabelecimento.

- d) Aplicar ao caso apenas a NR-32, uma vez que atividades em laboratório de análises clínicas afastam a incidência da NR-01 sobre empregados celetistas.
- e) Elaborar um único PGR para o estabelecimento, quando a NR-01 exige um programa independente para cada atividade executada no mesmo local.

32. Uma empresa de médio porte do ramo metalomecânico, no setor de usinagem, contratou um operador de torno CNC sob regime CLT. Durante inspeção de segurança, o trabalhador comunicou ao supervisor direto a existência de vazamento de óleo hidráulico na máquina, com acúmulo no piso e risco de acidente. O supervisor determinou a continuidade da atividade até a chegada da manutenção e afirmou que, caso o operador deixasse o posto sem autorização, registraria falta injustificada e comunicaria ao RH suposta falta de cooperação. O trabalhador afastou-se da área de risco e formalizou reclamação.

Considerando os direitos e deveres previstos na NR-01, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O supervisor agiu corretamente, pois a correção do problema cabia exclusivamente ao setor de manutenção.
- b) O registro de falta injustificada seria legítimo, pois o trabalhador deve cumprir a ordem hierárquica mesmo diante de risco ocupacional.
- c) O supervisor violou o direito do trabalhador de interromper a atividade em situação de risco grave e iminente, além de ameaçar represália pelo exercício desse direito.
- d) O trabalhador somente poderia interromper a atividade após comunicação formal ao setor de manutenção.
- e) Não houve violação, pois a NR-01 não assegura ao trabalhador o direito de interromper a atividade por iniciativa própria diante de risco grave e iminente, devendo ele aguardar autorização da chefia imediata.

33. Uma empresa privada de manufatura metalomecânica (180 empregados regida pela CLT) implementou seu PGR em janeiro de 2024. Em agosto de 2024, durante inspeção interna pela

CIPA, foi identificado um novo risco de exposição a poeiras inflamáveis em setor que até então constava no inventário apenas com “risco de ruído”

O Responsável técnico da empresa argumentou: “Incluimos poeira no PGR porque a CIPA detectou. Mas como foi identificado fora da revisão periódica anual programada para 2025, registramos em relatório separado, aguardando, a próxima revisão oficial do PGR em janeiro de 2025 para oficializar a mudança.”

A empresa manteve os controles existentes (EPI auditivo) inalterados, sem avaliar se havia necessidade de medidas adicionais para a nova exposição identificada.

Considerando os princípios de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) descritos na NR-01, item 1.5, assinale a alternativa que indica o erro conceitual da empresa ao tratar a identificação de novo perigo ocupacional.

- a) A empresa agiu corretamente ao registrar a nova exposição em relatório separado, já que a NR-01 permite documentação paralela ao PGR para eventos identificados entre revisões periódicas.
- b) O novo perigo deveria ter sido imediatamente incorporado ao inventário de riscos com avaliação do risco ocupacional e revisão das medidas de prevenção, por se tratar de processo contínuo de gerenciamento previsto na NR-01, independentemente do calendário interno de revisão.
- c) A NR-01 exige que revisões do PGR ocorram uma vez ao ano, portanto a empresa respeitou o procedimento ao aguardar janeiro de 2025 para atualizar formalmente.
- d) A responsabilidade de atualizar o PGR pertence exclusivamente à CIPA; o departamento técnico só participa quando convocado para revisão anual.
- e) O risco de poeira inflamável não precisava ser reavaliado porque já existe controle de ruído implementado, sendo suficiente adicionar uma nota no relatório da CIPA.

34. Uma rede varejista de supermercados (250 empregados, regida pela CLT) contratou 15 novos operadores de caixa em janeiro de 2024. Em fevereiro, conduziu treinamento inicial (6 horas) abordando risco da atividade: lesões por esforço

repetitivo (digitação contínua, movimentos de varredura do código de barras), assédio de clientes, exposição prolongada em pé, ritmo acelerado de trabalho. Todos assinaram certificado com registro de horas, conteúdo, instrutor e avaliação.

Em outubro de 2024, a empresa identificou que três operadores de caixa acumulavam um afastamento de mais de 180 dias iniciados no primeiro semestre (dois por licença médica – LER/DORT; um por licença maternidade). Todos retornaram em novembro de 2024 e retomaram atividades normalmente, sem qualquer atualização de treinamento ou revalidação de procedimentos.

Em dezembro de 2024, auditoria interna constatou aumento de absenteísmo e reclamações de dor em membros superiores entre operadores que retornaram de afastamento prolongado, enquanto novos treinados recentemente não apresentavam essa taxa.

Considerando os requisitos de Capacitação e Treinamento em SST, qual é o erro cometido pela empresa quanto à periodicidade e oportunidade do treinamento?

- A empresa agiu corretamente; treinamento inicial é suficiente para toda a vida.
- O afastamento por doença não gera obrigação de retreinamento, pois apenas mudanças de processo ou aquisição de novos equipamentos exigem atualização, conforme NR-01.
- A empresa violou a NR-01, que exige treinamento eventual após retorno de afastamento ao trabalho por período superior a 180 dias.
- O retreinamento só seria necessário se a empresa tivesse alterado os procedimentos operacionais do caixa; como nada mudou, o treinamento anterior permanecia válido.
- A responsabilidade de solicitar retreinamento é do trabalhador; como nenhum dos três operadores formalizou pedido de reciclagem, a empresa não tinha obrigação legal de promover.

35. Uma microempresa de psicologia clínica, classificada em grau de risco 1, possui 7 empregados regidos pela CLT e funciona em edifício comercial. Após levantamento preliminar

de perigos, a organização não identificou exposição ocupacional a agentes físicos, químicos ou biológicos nas atividades desenvolvidas.

Com base nisso, o proprietário propôs as seguintes medidas:

- Dispensar a elaboração do PGR, desde que a empresa mantenha a declaração das informações digitais exigidas e preserve as demais obrigações de segurança e saúde no trabalho aplicáveis.
- Substituir o treinamento inicial de SST por vídeos abertos da internet, sem controle pedagógico, sem registro formal de participação e sem avaliação da aprendizagem.
- Realizar uma verificação anual fixa, tratando-a como suficiente mesmo que ocorram alterações nas condições, na organização ou no ambiente de trabalho.

Considerando a NR-01, especialmente o tratamento diferenciado dado à Me e EPP e os requisitos de capacitação em SST, assinale a alternativa CORRETA.

- As três medidas estão corretas, porque a NR-01 autoriza simplificação integral da documentação, da capacitação e do acompanhamento das condições de trabalho para microempresas.
- Apenas a medida I está correta, pois a dispensa do PGR pode ocorrer nas hipóteses da NR-01, mas vídeos genéricos sem controle não substituem treinamento de SST e uma verificação anual fixa não supre a necessidade de reavaliação diante de mudanças.
- Apenas a medida II está correta, porque a NR-01 permite livremente treinamento em SST por meio remoto, ainda que sem registro formal, avaliação ou estrutura pedagógica própria.
- Apenas as medidas I e III estão corretas, pois a microempresa dispensada do PGR pode limitar a gestão de riscos a uma checagem anual, desde que mantenha declaração digital atualizada.
- Nenhuma medida está correta, porque a NR-01 não admite dispensa do PGR para microempresas com empregados celetistas, ainda que não haja exposição ocupacional a agentes físicos, químicos ou biológicos.

36. Um estagiário do curso Técnico em Segurança do Trabalho participa de uma inspeção rotineira em

uma pequena indústria de componentes eletrônicos que realiza, simultaneamente, (a) soldagem de circuitos (geração de fumos metálicos), (b) limpeza com solventes clorados, e (c) empacotamento de resíduos. Durante a inspeção, o técnico observa que a empresa dispõe de licença ambiental válida emitida pela prefeitura há 3 anos, mas o processamento dos resíduos foi alterado há 6 meses – passou de incineração (autorizada) para depósito em lago de contenção próxima a um córrego local.

O responsável pela empresa argumenta que:

“A autorização ambiental é válida. Enquanto não renovar, não preciso comunicar mudanças no processo”.

Qual é o fundamento CORRETO que o técnico deve comunicar ao responsável da empresa sobre essa situação?

- A Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6938/1981) exige prévio licenciamento ambiental para atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como para alterações relevantes do processo que possam modificar seus impactos. Assim, a mudança na destinação dos resíduos não pode ser implementada apenas com base na licença anterior. Além disso, a empresa responde objetivamente pelos danos ambientais causados.
- O licenciamento ambiental tem validade de 5 anos, conforme CONAMA. Portanto, a licença expedida há 3 anos ainda é válida por mais 2 anos. A empresa só precisa comunicar mudanças quando solicitar a renovação – não há obrigação de licença intermediária para alterações no processo.
- A PNMA faculta que microempresas (como descrita) iniciem novos processos sem prévio licenciamento, desde que se inscrevam no Cadastro de Defesa Ambiental (TCFA) e realizem autoinspeção anual. O depósito em lago é processo menos poluidor que incineração.
- A competência sobre mudanças de processo é exclusivamente municipal e privativa do IBAMA. O técnico em segurança não possui legitimidade para avaliar a conformidade ambiental – essa questão deve ser exclusivamente tratada com o órgão ambiental competente.
- A Política Nacional do Meio Ambiente permite que empreendimentos ajustem processos internamente, contando que mantenham compatibilidade.

37. Uma indústria de alimentos (processamento de frutas) está sendo inspecionada por uma equipe de segurança do trabalho. Durante a avaliação, o responsável técnico apresenta três demandas simultâneas ao gestor de segurança:

- Efluente da Produção: água com resíduos de pesticidas e matéria orgânica é lançada em um rio adjacente. Custaria R\$ 150 mil para instalar tratamento (ETE).
- Ruído industrial: máquinas geram 92 dB(A) contínuo. Realocar equipamento e instalar isolamento custaria R\$ 80 mil.
- Desenvolvimento econômico: a empresa está considerando expandir a produção em 40%, o que geraria 20 novos empregos, mas aumentaria ambos os impactos (efluente e ruído) proporcionalmente.

O gestor questiona: “Se a PNMA estabelece objetivos, qual deles deve ter prioridade aqui? Faço a ETE, faço o isolamento acústico, ou aprovo a expansão para gerar empregos?”

Qual análise fundamentada na Lei 6.938 permite ao técnico responder com precisão?

- Os objetivos da PNMA exigem a compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico. Assim, a geração de empregos não autoriza a ampliação da atividade sem prévio controle dos impactos ambientais e ocupacionais já identificados, devendo as medidas de tratamento de efluentes e de controle do ruído anteceder a expansão.
- A PNMA prioriza objetivos econômicos sobre ambientais. Portanto, a expansão com geração de empregos é justificada juridicamente mesmo que implique aumento efluentes. A empresa pode solicitar compensação ambiental posterior à prefeitura.
- Os objetivos estão hierarquia clara: primeiro vem o desenvolvimento, compatibilidade, depois a proteção. Portanto, aprova-se a expansão, instala-se a ETE, e deixa-se o ruído para uma etapa seguinte quando houver recursos adicionais.
- A PNMA não estabelece “prioridade” entre objetivos-todos têm peso igual. O técnico em segurança não tem competência legal para orientar decisões sobre compatibilidade ambiental; essa responsabilidade é exclusiva do órgão ambiental. O

técnico deve apenas registrar as exposições ocupacionais em PGR e deixar a questão de efluentes para o licenciamento ambiental.

- e) O objetivo primário da PNMA é a recuperação de áreas degradadas próximas ao empreendimento. Somente após comprovar recuperação ambiental poderia aprovar a expansão com novos empregos.

38. Uma grande refinaria de petróleo localizada no Estado de São Paulo vem lançando óleo em um rio que atravessa o município. Diante das reclamações da população, um estagiário do curso Técnico em Segurança do Trabalho pergunta ao supervisor qual órgão do poder público deve ser acionado para tratar da poluição.

Considerando a Lei no 6.938/1981, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Apenas o IBAMA integra o SISNAMA com competência para apurar poluição hídrica.
b) Apenas o órgão ambiental estadual pode atuar, porque a atividade está situada dentro de um único Estado.
c) Apenas o município pode atuar inicialmente, ficando os demais órgãos impedidos de agir.
d) O CONAMA é o único órgão com competência executiva para fiscalizar diretamente a poluição ambiental.
e) A Lei no 6.938/1981 organiza o SISNAMA com participação de órgãos federais, estaduais e municipais, de modo que a proteção ambiental não fica concentrada em único ente.

39. Durante inspeção realizada em uma indústria química, foi constatado que efluentes tóxicos estavam sendo lançados diretamente em um rio próximo à fábrica, sem tratamento adequado, causando contaminação das águas superficiais e dano à biota aquática.

Na apuração dos fatos, verificou-se que:

- O gerente de produção autorizou a desativação temporária da estação de tratamento efluentes para redução de custos;
- O sócio administrador já havia sido informado da irregularidade em relatórios anteriores, mas não adotou providências para impedir sua continuidade.

Considerando as Disposições Gerais da Lei no 9.605/1998, assinale a alternativa CORRETA quanto à responsabilização penal.

- a) Apenas a pessoa jurídica responde penalmente, porque a conduta foi praticada em seu interesse econômico, ficando excluída a responsabilidade penal das pessoas físicas envolvidas.
b) Apenas as pessoas físicas respondem penalmente, porque a Lei no 9.605/1998 não admite responsabilização penal da pessoa jurídica por crime ambiental.
c) A pessoa jurídica pode responder penalmente, sem prejuízo da responsabilização das pessoas físicas que concorreram para o fato, inclusive do gerente que autorizou a conduta e do administrador que, podendo agir para evitá-la, permaneceu omissos.
d) Não há responsabilização penal no caso, pois a legislação ambiental prevê apenas sanções administrativas e civis quando a irregularidade decorrer de decisão interna de gestão empresarial.
e) Somente o sócio administrador responde penalmente, por ser o representante legal da empresa, não alcançando o gerente de produção que executou decisão ligada à atividade econômica.

40. Um professor de Segurança do Trabalho está utilizando a NR-05 para preparar seus alunos do Técnico Integrado ao Ensino Médio para atuarem como estagiários em empresas de diferentes segmentos. Durante a aula prática de inspeção em um laboratório escolar, surgiu uma discussão sobre as responsabilidades da CIPA. Um aluno questiona: “Professor, se descobrirmos durante a inspeção que há um risco grave de incêndio no almoxarifado devido à má armazenagem de materiais inflamáveis, e a CIPA fizer a denúncia junto ao fiscal do trabalho, isso atende às atribuições da CIPA?”

O professor, desejando avaliar a compreensão real dos alunos sobre o escopo de atuação da CIPA conforme a norma, pergunta: Qual das seguintes ações melhor exemplifica uma atribuição específica da CIPA relacionada à situação descrita?

- a) A CIPA deve apenas registrar o risco identificado em ata e aguardar que a organização o corrija, sem comunicação prévia aos trabalhadores ou

- denúncias, pois esta é exclusivamente uma atribuição do empregador segundo a NR-05.
- b) A CIPA é responsável por identificar os riscos e registrá-los, além de comunicar os trabalhadores expostos sobre situações de risco detectadas e os controles existentes ou recomendados, contribuindo para a prevenção.
- c) A CIPA pode efetuar denúncias diretas ao Ministério Público sobre riscos graves, sem aguardar a posição da organização, pois as atribuições da CIPA priorizam a ação judicial sobre medidas internas.
- d) A CIPA deve identificar riscos apenas quando houver ocorrência de acidente do trabalho, ou seja, fazer investigação reativa, não sendo de sua atribuição identificar situações de risco potencial ainda não concretizadas.
- e) A CIPA deve manter a denúncia sigilosa entre seus membros, comunicando exclusivamente ao presidente da CIPA, que decidirá isoladamente se há necessidade de comunicação formal à organização ou a terceiros.
- 41. Uma empresa de comércio varejista (grau de risco 2) realizou a eleição da CIPA em 10 de setembro de 2025. Os membros eleitos tomaram posse em 20 de setembro de 2025. O departamento de Recursos Humanos comunica que planejou um treinamento presencial de 4 horas para todos os membros da CIPA (titulares e suplentes) antes da posse. Um professor de Segurança do Trabalho, atuando como supervisor técnico de uma auditoria interna, é questionado por um estagiário: “Professor, esse treinamento de 4 horas atende à exigência legal da NR-05? É suficiente para uma empresa de risco 2?”. O professor, reconhecendo a importância de ensinar interpretação correta da norma, propõe que o estagiário identifique qual análise está tecnicamente correta conforme a NR-05.**
- a) Sim, o treinamento de 4 horas atende completamente ao requisito legal, pois a NR-05 estabelece que a carga mínima para grau de risco 2 é de 4 horas, desde que seja presencial.
- b) Não, o treinamento é insuficiente. A NR-05 exige 12 horas de carga total para risco 2, sendo que 4 horas é apenas o mínimo presencial; as demais 8 horas podem ser em modalidade a distância ou semipresencial.
- c) O treinamento de 4 horas atende se complementado com um seminário de 2 horas sobre assédio sexual e violência no trabalho, totalizando 6 horas, pois esse conteúdo possui carga horária separada na NR-05.
- d) Não, pois a NR-05 estabelece carga mínima de 8 horas para qualquer empresa, independentemente do grau de risco, sendo as 4 horas apenas para micro empresas ou estabelecimentos de risco 1.
- e) Sim, desde que as 4 horas sejam distribuídas em no máximo 2 dias (2 horas/dia), e haja comprovação de presença em 100% das horas, conforme tabela de frequência da NR-05.
- 42. Durante uma inspeção em uma oficina mecânica (Grau de risco 3), um estagiário do Técnico em Segurança do Trabalho presencia um acidente leve: um trabalhador sofre corte na mão ao manusear uma máquina sem proteção adequada. O professor questiona o estagiário sobre a sequência correta de procedimentos:**
- “Imediatamente após os primeiros socorros, qual deve ser o papel principal do SESMT nesta situação, conforme a NR-04?”
- Observe as informações fornecidas pela empresa:
1. O departamento de RH já solicitou ao trabalhador um relato escrito sobre o acidente.
 2. A gestão informa que será realizada apenas uma “avaliação gerencial” da situação.
 3. O SESMT existe na empresa e possui técnico e engenheiro de segurança.
 4. Existe um PGR formalizado na organização.
- a) O SESMT deve encaminhar o relatório do Departamento de RH à administração e aguardar a conclusão da investigação gerencial antes de tomar qualquer ação técnica.
- b) O SESMT deve conduzir ou acompanhar a investigação técnica do acidente em conformidade com o PGR, identificando causas raiz, falhas de proteção e medidas corretivas necessárias.
- c) O SESMT deve solicitar ao Departamento de RH a cópia do relato do trabalhador para anexar ao seu próprio arquivo, mas não deve investigar tecnicamente, pois isso seria duplicação de funções já realizadas pela gestão.
- d) O SESMT deve iniciar investigação apenas se houver indicação de doença ocupacional relacionada ao

acidente, pois acidentes leves de origem mecânica não exigem investigação técnica profunda.

- e) O SESMT deve apenas documentar o acidente no registro de acidentes da empresa e orientar o trabalhador sobre a importância de usar EPI, deixando a responsabilidade da investigação para o responsável direto da máquina.

43. Um professor de Segurança do Trabalho está coordenando uma atividade prática com alunos do técnico integrado em um laboratório de análises clínicas da escola. A atividade envolve manipulação de tubos de coleta com agulhas descartáveis e uso de luvas de procedimento em nitrila.

Antes de iniciar, o professor identifica que:

1. A escola adquiriu luvas de nitrila de um fornecedor regularizado com CA válido, mas as caixas foram armazenadas em um local úmido há 8 meses.

2. O manual do fabricante indica que as luvas devem ser substituídas se após 5 ciclos de higienização a integridade não puder ser garantida.

3. Dois alunos receberam as luvas, mas nenhum deles recebeu treinamento sobre sinais de deterioração ou quando descartá-las.

4. Um aluno percebeu que sua luva rasgou durante a manipulação, mas não informou ao professor e continuou a atividade.

5. A escola mantém registro do fornecimento em planilha, mas não documentou quando as luvas foram adquiridas nem suas condições de armazenamento

Conforme a NR-06, identifique qual situação representa uma violação exclusiva da responsabilidade do trabalhador, distinta das violações da organização e do fabricante.

- a) O armazenamento inadequado em local úmido por 8 meses, configurando uma falha na conservação do equipamento, cuja responsabilidade de informar as condições ideais de guarda é do fabricante ou importador.
- b) A falta de treinamento sobre sinais de deterioração e descarte, uma vez que a organização falhou em sua obrigação de instruir o trabalhador sobre o uso

e a manutenção adequada do equipamento fornecido.

- c) A continuação do uso da luva rasgada sem aviso prévio, pois o trabalhador violou sua responsabilidade de comunicar à organização qualquer alteração que torne o equipamento impróprio para o uso seguro.
- d) A não documentação da data de aquisição e das condições de estocagem, representando o descumprimento da organização quanto à exigência de registrar o fornecimento e o histórico de manutenção.
- e) A utilização de luvas com eficácia comprometida após ciclos de higienização, pois a organização não forneceu informações sobre as restrições de uso, responsabilidade esta que deve constar no treinamento admissional.

44. Um estudante do curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio participa de uma inspeção em uma oficina de manutenção industrial. Durante a vistoria, identifica que um mecânico sofreu um acidente enquanto retornava do almoço em casa. Ele havia saído da empresa às 11h50, em seu veículo particular, para almoçar em sua residência distante 8 km da empresa. No retorno, às 13h10, seu carro colidiu com outro veículo em um semáforo. O mecânico sofreu traumatismo craniano e foi encaminhado para o hospital, ficando incapacitado temporariamente para o trabalho.

Ao analisar este caso sob a ótica da Lei 8213/91, o futuro professor deve orientar seus alunos: qual é a classificação legal deste evento?

- a) Não é considerado acidente de trabalho, pois ocorreu fora do local e horário da jornada, em via pública, caracterizando evento meramente pessoal do trabalhador, sem relação causal com a atividade laboral.
- b) É equiparado ao acidente de trabalho, pois o evento ocorreu no percurso entre a residência e o local de trabalho, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado.
- c) É considerado acidente de trabalho típico, uma vez que o trabalhador estava em jornada laboral ininterrupta e o deslocamento para refeição é juridicamente considerado como extensão direta da atividade no posto de trabalho.

- d) É equiparado ao acidente de trabalho apenas se houver comprovação documental de que o trabalhador retornava de ordem expressa da organização para executar tarefa específica de interesse imediato do empregador.
- e) Não é considerado acidente de trabalho, pois a colisão envolveu um veículo de terceiro, o que rompe o nexo causal com a atividade laboral e isenta a organização de emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT).

45. Um professor de Segurança do Trabalho está orientando alunos do curso Técnico em Segurança do Trabalho que realizam estágio em uma refinaria de petróleo. Durante a visita técnica ao setor de amostragem de correntes realizam a coleta de amostras contendo BENZENO em frascos abertos, sem o uso de sistemas de amostragem em ciclo fechado e sem a devida proteção respiratória de alta eficiência. O professor aproveita a situação para discutir o adicional de insalubridade e as medidas de controle específicas para agentes cancerígenos. Considerando que a exposição ao Benzeno é comprovada e que a empresa não atende aos requisitos de proteção coletiva estabelecidos no Anexo 13-A da NR-15, qual é o adicional de insalubridade devido a esses trabalhadores e qual a fundamentação técnica para este caso?

- a) Adicional de 10% (grau mínimo), pois o Benzeno, por ser um hidrocarboneto aromático, possui limite de tolerância elevado e sua insalubridade é neutralizada.
- b) Adicional de 20% (grau médio), uma vez que a NR-15 classifica todos os agentes químicos derivados de petróleo como insalubridade de grau médio, independentemente de concentração.
- c) Adicional de 40% (grau máximo), pois o Benzeno é comprovadamente cancerígeno e sua presença no ambiente de trabalho, sem controle adequado, caracteriza insalubridade em grau máximo conforme o Anexo 13-A da NR-15.
- d) Adicional de insalubridade para agentes cancerígenos, exigindo apenas a interrupção imediata da atividade e o isolamento da área.
- e) Adicional de 40% (grau máximo), mas apenas de a concentração medida no ambiente superar o Valor de Referência Tecnológico (VRT), pois abaixo deste

valor a insalubridade é considerada inexistente pela NR-15.

46. Um estudante do 3º ano do Técnico em Segurança do Trabalho acompanha uma inspeção em um canteiro de obras. Durante a vistoria, um trabalhador sofre queda de uma altura de aproximadamente 6 metros, atingindo o solo e ficando imóvel. O estagiário, primeiro a chegar, nota que a vítima está inconsciente, com respiração superficial e irregular, havendo suspeita de lesão na coluna cervical. Ao ligar para a ambulância, ele precisa decidir qual é a conduta mais adequada até a chegada do socorro profissional.

Qual das alternativas abaixo descreve corretamente o procedimento de socorro para este caso?

- a) O estagiário deve mover a vítima imediatamente para um local coberto, colocando-a na posição de recuperação (lateralizada) para evitar broncoaspiração, mesmo que isso exija flexionar a coluna vertebral.
- b) O estagiário pode mover a vítima com cuidado para uma maca disponível no canteiro, já que o tempo de espera pela ambulância é de 15 minutos, o que é considerado tempo prolongado para deixar a vítima no chão.
- c) A prioridade é avaliar a consciência e respiração. Caso detecte parada cardiorespiratória, deve iniciar manobras de RCP mesmo com suspeita de lesão medular, evitando mobilizar a coluna durante as compressões.
- d) Como a vítima está respirando, não há risco imediato. O estagiário deve posicioná-la em decúbito ventral (barriga para baixo) para facilitar a drenagem de secreções e aguardar a chegada da ambulância local.
- e) Deve-se manter a vítima imóvel no local, evitando qualquer movimento de cabeça e tronco. É essencial imobilizar a região cervical com técnicas manuais ou improvisos até a chegada do socorro médico profissional.

47. Um laboratório de análises clínicas de uma escola técnica integrada ao ensino médio funciona com três técnicos de laboratório. Nos últimos seis meses, observou-se que uma técnica, Mariana, apresenta sintomas crescentes: cansaço extremo

mesmo após repouso, dificuldade de concentração, irritabilidade com os alunos e diminuição significativa na qualidade do trabalho. Mariana relata ao SESMT que dorme adequadamente, mas acorda cansada; refere sensação de despersonalização em relação às atividades; nega ataques de pânico agudo, tremores ou taquicardia desencadeados por eventos específicos. O histórico revela que, há dois anos, assumiu uma sobrecarga de atividade (laboratório + disciplinas teóricas + supervisão de estágios), com poucos períodos de folga de pressão contínua por produtividade.

Ao aplicar os conceitos de fatores psicossociais e patologias ocupacionais, o professor deve reconhecer qual diagnóstico mais se aproxima do quadro clínico apresentado por Mariana e qual deve ser a primeira ação recomendada pelo SESMT em consonância com a legislação de SST:

- a) Síndrome do Pânico, considerando que Mariana apresenta sinais de taquicardia e tremores noturnos; a ação imediata do SESMT deve ser a prescrição de ansiolíticos potentes pela própria organização, conforme os protocolos de saúde mental estabelecidos na NR-07.
- b) Síndrome de Burnout, caracterizada por esgotamento emocional e despersonalização devido a estressores crônicos; a ação inicial deve ser o mapeamento dos fatores psicossociais de risco para identificar medidas de eliminação ou redução das causas na origem.
- c) Depressão maior, cuja detecção e tratamento clínico devem ser realizados de forma exclusiva pelo médico do trabalho da empresa, através da aplicação obrigatória de escalas diagnósticas e testes psicológicos durante a avaliação clínica de rotina.
- d) Transtorno de Ansiedade, pois o cansaço matinal relatado é um indicativo de episódios agudos de insônia e preocupação excessiva; a empresa deve, como medida preventiva, relocalar Mariana imediatamente para atividades administrativas com menor nível de responsabilidade.
- e) Estresse ocupacional leve, condição que costuma desaparecer de forma espontânea com períodos

curtos de repouso; a ação recomendada é ampliar a carga de atividades de Mariana para que ela desenvolva maior resiliência e adaptação ao ritmo de trabalho.

48. Um professor do Curso Técnico em Segurança do Trabalho Integrado ao Ensino Médio está preparando uma aula prática sobre direção defensiva com alunos estagiários. Ele apresenta um cenário real: um técnico em segurança, responsável por auditorias em diferentes unidades de uma empresa, dirige diariamente entre filiais. Recentemente, esse técnico relata que frequentemente se sente cansado ao final da tarde, tem dificuldades de concentração após longas reuniões, e está ingerindo bebidas energéticas constantemente para manter o desempenho. O professor quer que os alunos identifiquem quais fatores de risco relacionados ao condutor (não à via ou ao veículo) estão presentes e como isso se conecta à pilotagem defensiva.

Considerando o conceito de direção defensiva, qual é o fator de risco PRINCIPAL que deve ser abordado nesta situação para fins de prevenção de acidentes, do ponto de vista da transposição didática para jovens do ensino médio?

- a) O uso de bebidas energéticas é autorizado e aumenta o estado de alerta do condutor, portanto não representa risco. O problema real é a falta de manutenção preventiva do veículo utilizado nas auditorias
- b) A dificuldade de concentração é aceitável se o condutor tiver experiência na função. Apenas condutores iniciantes precisam estar plenamente alertas.
- c) A ingestão de bebidas energéticas compensa completamente a fadiga, eliminando a necessidade de pausas. O professor deve orientar os alunos a recomendar esse tipo de bebida para todos os motoristas.
- d) O cansaço é um problema exclusivamente psicológico e não interfere na capacidade física de dirigir, portanto não faz parte do escopo de uma aula sobre direção defensiva.
- e) O cansaço e a dificuldade de concentração após longas atividades são sinais de fadiga, que reduzem a capacidade de antecipação de perigos e

aumentam o tempo de reação – fatores críticos da direção defensiva que devem ser reconhecidos e evitados através de pausas regulares.

49. Uma indústria de transformação de plásticos implementou um Sistema de Gestão de Segurança Ocupacional (SGSSO) conforme ISSO 45001. Na fase “PLAN” (Planejar), identificou riscos de exposição a vapores químicos, queimaduras e lesões ergonômicas. Estabeleceu objetivos de redução de 30% nos incidentes em 12 meses e implementou (fase “DO”): ventilação exaustora, a proteção em máquinas, pausas e treinamentos. Na fase “Check” (checar), a equipe coletou dados de acidentes reportados e monitorou a ventilação. Porém, não realizou entrevistas com trabalhadores, não analisou absenteísmo por doenças nem investigou quase-acidentes. Com base nos relatórios formais, concluiu na fase “ACT” (Agir) que o sistema estava 90% eficaz e decidiu manter o planejamento original. De acordo com a ISO 45001, qual é o erro conceitual mais grave nessa avaliação?

- a) A equipe pulou a fase “Do”, pois a implementação deveria incluir a comunicação dos riscos aos trabalhadores, não apenas a instalação de equipamentos e procedimentos.
- b) A fase “Check” foi incompleta por não integrar fontes como a participação dos trabalhadores e dados de saúde, o que compromete a análise de eficácia e a melhoria contínua.
- c) O ciclo PDCA deveria ter duração máxima de 6 meses. Como a empresa esperou um ano para a fase “Check”, os dados tornaram-se obsoletos para a tomada de decisão segura.
- d) A empresa errou ao não incluir indicadores de “falha do sistema” (morte ou invalidez) na fase “Check”, pois a ISSO exige que estes sejam coletados de forma separada.
- e) A conclusão de 90% de eficácia está errada porque a ISSO 45001 estabelece que a eficácia mínima aceitável é de 95%, conforma critério internacional de certificação.

50. Um estagiário de Segurança do Trabalho, durante inspeção em um laboratório de Química de uma instituição de ensino técnico, identificou a existência de um cilindro de gás acetileno

(armazenado em local bem ventilado), um equipamento de solda elétrica com cabos de cobre energizados, e diversos recipientes de álcool etílico (95%) dispostos em bancada aberta. O estagiário foi questionado pelo supervisor do laboratório sobre qual agente extintor seria mais adequado e seguro para combater um incêndio simultâneo que envolvesse os três materiais em questão, caso ocorresse uma emergência. Considerando as classes de incêndio e as características e limitações dos agentes extintores, qual das alternativas abaixo apresenta a decisão mais segura e tecnicamente fundamentada?

- a) Utilizar exclusivamente extintores de pó seco (ABC) em todas as situações, pois este agente é aprovado para as principais classes de incêndio e garante máxima eficácia em qualquer cenário de incêndio.
- b) Utilizar extintor de dióxido de carbono (CO₂) para o incêndio de acetileno e cabos elétricos energizados; e extintor de água com aditivo (AFFF) para o álcool, pois o CO₂ não deixa resíduos e a espuma asfáltica controla vapores inflamáveis.
- c) Utilizar extintor de água pressurizada para todos os materiais, pois a água em qualquer forma é o agente extintor mais econômicos e eficaz, capaz de resfriar qualquer tipo de incêndio.
- d) Utilizar extintor de pó seco (ABC) para acetileno e álcool; e extintor de dióxido de carbono (CO₂) para cabos elétricos energizados, com exclusão de extintores de água pressurizada neste, pois a água conduziria corrente elétrica e aumentaria o risco.
- e) Utilizar apenas extintores de espuma física (AFFF ou FFFP) para todo o laboratório, pois este agente é adequado para incêndios de classe D e controla adequadamente vapores de solventes inflamáveis.